



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000812336

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 1013374-10.2016.8.26.0001, da Comarca de São Paulo, em que é recorrente/querelante JACYARA PEREIRA MACIEL, é querelado EDVALDO FERMIANO DOS SANTOS e Recorrido MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO ao recurso para receber a queixa-crime, determinando o prosseguimento do processo. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores VICO MAÑAS (Presidente) e JOÃO MORENGHI.

São Paulo, 3 de outubro de 2018.

Amable Lopez Soto
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recurso em Sentido Estrito: Autos nº 1013374-10.2016.8.26.0001
Comarca: São Paulo – Vara Regional de violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional de Santana
Recorrente/Querelante: Jacyara Pereira Maciel
Recorrido/Querelado: Edvaldo Fermiano dos Santos

Voto n. 13664

JACYARA PEREIRA MACIEL

apresenta recurso em sentido estrito contra a decisão que rejeitou a queixa-crime ajuizada por ela contra Edvaldo Fermiano dos Santos, nos termos do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal.

Inconformada, a querelante requer que seja recebida a exordial, por existirem elementos de prova suficientes para tanto (fls. 01/13).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 16/20) e mantida a decisão (fl. 21), opinou o Ministério Público na primeira e na segunda instância pelo acolhimento do pleito (fls. 25/27 e 32/35).

É o relatório.

Jacyara ofereceu queixa-crime contra Edvaldo Fermiano dos Santos acusando-o do crime de difamação. Segundo narra, o recorrido publicou na rede social *Facebook* mensagens que sugeririam ser ela prostituta.

Entendendo que as mensagens não tinham esse cunho, a d. Magistrada rejeitou a queixa-crime.

Com a devida vênia, entendo que o caso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

merece reforma.

Segundo consta dos autos, o Jacyara e Edvaldo tiveram um relacionamento iniciado em 2.009 e com fim em 2.014, com quem tiveram uma filha. Atualmente estão separados e mantém guarda compartilhada.

No dia 03 de dezembro de 2.015, ele publicou uma mensagem no *Facebook* revelando, no mínimo, mágoas pelo fim do relacionamento, em que se destacam os seguintes trechos:

“Talvez seja o prêmio por eu ter a conhecido na clínica de massagem New Time, que ficava em uma rua travessa da rua do paraíso, onde ela era uma das massagista. Acreditando que ela estava lá por circunstância e não por vontade própria, conversamos, começamos a namorar em 2009 e por consequência tivemos a Mariana que não tem a haver com isso. Conversamos e solicitei que ela deixasse aquela vida, focasse no estudo e trabalhasse de uma outra forma. Anos de passara, e hoje, tudo o que ela faz é denegrir minha imagem” (sic).

Ainda, juntou extrato da Internet, onde a “clínica New Time” é descrita em sua propaganda nos seguintes dizeres:

“visitem a casa de massagem mais maravilhosa da zona sul, lindas garotas...ambiente tranquilo...local discreto”.

Pois bem.

Anoto que a recorrente não é massagista, mas professora afastada, segundo consta na petição de interposição do recurso.

Diferente do consignado na decisão, entendo que é possível reunir indícios de que o acusado buscava, com sua conduta, ofender a honra da querelante, indicando que ela seria prostituta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Primeiro, pelo anterior relacionamento entre eles, era perfeitamente possível identificar que a querelante não teria trabalhado como massagista, ou lá o acusado a ter conhecido.

Segundo, pois é comum escamotear as casas de prostituição como “casas de massagem”, escondendo o caráter ilícito dos prostíbulos, proibidas pelo Código Penal. As afirmações de que ela “deixasse aquela vida” sugere ser esta a conotação.

Ademais, ao associar ao nome do local “New Time”, cuja descrição na internet escancara não ser um local de massagem, reúnem-se elementos suficientes para o recebimento da queixa.

Diferente do que consignou a d. Magistrada, não se questiona a lisura do ofício de massagista, que como todas, merece respeito e dignidade. Entretanto, não é possível fechar os olhos ao preconceito e “piadas” de péssimo gosto que circundam a profissão, tratando como se o acusado buscasse, ao dizer esta afirmação, sugerir ser ela massagista.

O cerne desta questão, externada pela d. Magistrada na decisão de fls. 41/42 dos autos originais, deve ser analisada no processo, sendo o caso de acolher o recurso para permitir o julgamento.

Ante o exposto, pelo meu voto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso para receber a queixa-crime, determinando o prosseguimento do processo.

Amable Lopez Soto
relator